

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**CREDENCIAMENTO Nº 01/2026**

### **1. DO OBJETO**

Trata-se do **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA EM GERAL, PARA AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ.**

### **2. INTRODUÇÃO**

Este estudo constitui a primeira etapa do planejamento conceituado, nos termos no inciso XX o art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto e ao Termo de Referência a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Logo, destina o presente estudo essencialmente a assegurar a viabilidade técnica e econômica para a realização, na modalidade auxiliar de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, de um processo administrativo de **CHAMAMENTO PÚBLICO** na modalidade de **CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, com a **SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE**, consoante previsão no inciso XLIII do art. 6º, no inciso IV do art. 74, no inciso I do art. 78 e no inciso I do art. 79, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, para a eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) em elaboração de serviços de engenharia e/ou arquitetura em geral, para atendimento às demandas dos Municípios que compõem o Consórcio AMESP - Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí.

### **3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente credenciamento para a eventual e futura contratação fundamenta-se na necessidade permanente e continuada dos entes consorciados quanto à obtenção de serviços técnicos especializados de engenharia e/ou arquitetura em geral, indispensáveis à adequada execução de obras públicas, notadamente por meio da elaboração de projetos/serviços técnicos. Tais serviços mostram-se essenciais para subsidiar as secretarias municipais na fase de planejamento, estruturação e viabilização de futuras licitações, assegurando maior precisão técnica, eficiência administrativa e observância aos princípios da legalidade, economicidade e interesse público.

A elaboração dos serviços técnicos especializados de engenharia e/ou arquitetura em geral constitui etapa fundamental, ainda, para viabilizar a captação de recursos junto aos entes federativos e demais instituições de fomento, possibilitando a implementação de empreendimentos públicos de relevância social, tais como creches, escolas, unidades básicas de saúde, farmácias, ginásios poliesportivos, praças esportivas e de lazer, entre outros equipamentos públicos. Do mesmo modo, permite a adequada estruturação de obras de infraestrutura urbana, incluindo sistemas de drenagem pluvial, pavimentação viária, construção de pontes, pontilhões, galerias e demais intervenções necessárias ao desenvolvimento urbano e regional.

Ademais, a presente demanda possibilitará aos entes consorciados o acesso a equipe técnica especializada, apta à prestação de serviços de assessoria, consultoria, acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura em geral, contribuindo para a adequada execução contratual, mitigação de riscos técnicos e garantia da conformidade das intervenções com os respectivos projetos, normas técnicas e exigências legais aplicáveis.

Deste modo, a fim de assegurar o pleno atendimento às demandas relacionadas à elaboração dos projetos técnicos, evidencia-se a necessidade de que as empresas a serem credenciadas possuam qualificação técnica abrangente nas diversas áreas de edificações (saúde, educação, esporte e lazer) e em projetos de infraestrutura urbana. Ademais, visando garantir a adequada instrução técnica e a qualidade dos serviços a serem entregues, torna-se imprescindível que as empresas disponham de equipes capacitadas para a realização de levantamentos topográficos, bem como de corpo técnico habilitado para a elaboração de estudos técnicos, relatórios e laudos especializados. Igualmente, faz-se necessária a capacidade de elaboração completa da documentação técnica pertinente, compreendendo, entre outros elementos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, composições de custos, cronogramas físico-financeiros e demais peças técnicas indispensáveis à correta caracterização, quantificação e viabilização dos empreendimentos públicos.

No que tange à metodologia, e diante da responsabilidade de credenciar empresas com o padrão de desempenho e qualidade solicitado, este certame contemplará a utilização da metodologia BIM (Building Information Modeling), conforme diretrizes estabelecidas pelo Art. 19, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 10.306/2020. A utilização do BIM permitirá o desenvolvimento de modelos tridimensionais, promovendo maior integração e coordenação entre as disciplinas, detecção antecipada de interferências, planejamento mais preciso e estimativas orçamentárias mais realistas. A adoção do BIM permite aos Municípios Consorciados um avanço significativo na objetivação da qualidade dos serviços, garantindo projetos mais completos e adequados à realidade de cada localidade.

A exigência de comprovação de capacidade técnica em BIM resguarda, por sua vez, os

princípios da eficiência, economicidade e isonomia ao pré-estabelecer e verificar o padrão técnico na fase de habilitação/qualificação, a Administração assegura a contratação de empresas aptas a atender aos requisitos técnicos do certame - caracterizada pela pluralidade de entes participantes, pela variabilidade quantitativa e pela imprevisibilidade temporal das demandas - revela-se inadequada a adoção de modelos contratuais tradicionais com quantitativos fixos ou contratação centralizada. Nesse contexto, o procedimento auxiliar de credenciamento mostra-se como solução adequada, pois possibilita a habilitação prévia de múltiplos fornecedores qualificados, assegurando maior eficiência administrativa, economicidade, celeridade e atendimento tempestivo às demandas públicas.

Deste modo, a partir do levantamento de demandas e visando garantir a eficiência ao erário público, bem como assegurar o pronto atendimento às necessidades, e dada a inviabilidade operacional do CONSÓRCIO AMESP, a melhor solução para a contratação dos serviços é a realização de um procedimento de chamamento público para o credenciamento de empresas tecnicamente qualificadas para atender aos Municípios consorciados.

O Credenciamento se justifica plenamente diante da necessidade de contratações permanentes e frequentes, e, principalmente, pela impossibilidade de se definir previamente o quantitativo exato a ser demandado para diversos itens de caráter imprevisível.

O Credenciamento garante a economia de escala e a agilidade gerencial que a estrutura consorciada necessita, conforme detalhes no item 5 deste documento.

#### **4. REQUISITOS LEGAIS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

O presente processo de credenciamento observará integralmente as disposições da Constituição Federal, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Complementar nº 147/2014, bem como as normas técnicas expedidas pelos órgãos reguladores competentes, especialmente aquelas aplicáveis aos serviços de engenharia e/ou arquitetura em geral, incluindo as resoluções do sistema CONFEA/CREA e CAU, normas da ABNT e demais legislações correlatas.

As empresas interessadas deverão comprovar qualificação técnica compatível com o objeto, mediante demonstração de capacidade para elaboração de projetos técnicos de engenharia e/ou arquitetura, estudos técnicos, levantamentos topográficos, relatórios, laudos e demais peças técnicas necessárias à adequada caracterização dos empreendimentos públicos. Deverão, ainda, dispor de equipe técnica multidisciplinar habilitada e regularmente registrada nos respectivos conselhos profissionais.

As credenciadas deverão possuir capacidade operacional suficiente para executar os serviços demandados, incluindo a disponibilização de profissionais qualificados, equipamentos,

ferramentas, softwares especializados - inclusive compatíveis com a metodologia BIM (Building Information Modeling), quando exigido - e demais recursos necessários à execução integral e adequada dos serviços.

Ao realizar o levantamento dos serviços de engenharia e/ou arquitetura em geral necessários a satisfazer as demandas originárias dos Municípios Consorciados, em diálogo com os setores envolvidos nas contratações de natureza semelhantes já realizadas pelo órgão, observou-se que o prazo razoável para que as empresas credenciadas pudessem iniciar os serviços contratados é em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato e da emissão da Ordem de Serviços a ser emitida pela Prefeitura Consorciada (CREDENCIANTE/CONTRATANTE), data esta que será a base para a contagem dos prazos. Os prazos específicos para execução de cada serviço serão definidos na Ordem de Serviço, considerando a complexidade e a natureza do objeto. Desta forma, objetiva-se alcançar um maior número de credenciados com condições técnicas adequadas e capazes de cumprir de forma integral todas as condições estabelecidas, bem como realizar o fornecimento dos itens em tela de maneira satisfatória e regular.

Todo o aparato normativo técnico e legal envolvido com a prestação dos serviços de engenharia e/ou arquitetura em geral deverão ser seguidos. Portanto, as futuras credenciadas deverão prover - com perfeição e segurança - todos os itens listados na planilha, providenciando a integralidade da mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

As empresas credenciadas serão integralmente responsáveis pela qualidade técnica dos serviços prestados, devendo assegurar a conformidade com as normas técnicas aplicáveis, respondendo pela correção de eventuais falhas, vícios ou inconsistências identificadas, independentemente de sua natureza, obrigando-se a promover as adequações necessárias sem ônus adicional para a Administração, observados os prazos razoáveis fixados.

Todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços deverão estar incluídos nos valores propostos, compreendendo, entre outros, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas, equipamentos, softwares, treinamentos, elaboração de documentos técnicos e demais insumos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas, não sendo admitida a cobrança adicional decorrente de omissões, falhas ou inadequações na proposta apresentada.

**O procedimento de credenciamento deverá assegurar a habilitação de empresas que atendam integralmente aos requisitos técnicos, jurídicos, fiscais e trabalhistas exigidos, garantindo a adequada prestação dos serviços e o atendimento eficiente às demandas dos entes consorciados.**

A vigência do credenciamento será de 01 (um) ano, com a possibilidade de prorrogação, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021. Contudo, é fundamental destacar que a prorrogação mencionada nos artigos 106 e 107, refere-se especificamente aos contratos individuais decorrentes do Credenciamento, desde que comprovada sua vantajosidade e que a prestação dos serviços tenha sido executada com a eficiência e qualidade exigidas.

## **5. ENQUADRAMENTO DO OBJETO**

O credenciamento ora pretendido tem por objeto a habilitação de empresas para prestação de serviços de Engenharia e/ou Arquitetura em geral, de natureza multidisciplinar, abrangendo elaboração de projetos técnicos, consultoria, estudos, levantamentos topográficos, acompanhamento e fiscalização de obras, bem como demais serviços correlatos necessários ao atendimento das demandas dos Municípios Consorciados. A presente atuação decorre da natureza jurídica dos entes consorciados, nos termos do art. 6º da Lei nº 11.107/2005, razão pela qual o Consórcio Público submete-se às normas gerais aplicáveis às licitações e contratações da Administração Pública, em especial as disposições da Lei nº 14.133/2021.

### **5.1. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

A adoção do procedimento auxiliar de credenciamento justifica-se em razão da natureza técnica, multidisciplinar e sob demanda dos serviços de engenharia e/ou arquitetura em geral necessários aos Municípios Consorciados, bem como pela impossibilidade de definição prévia, precisa e consolidada dos quantitativos e cronogramas de execução, tendo em vista que as demandas decorrem de necessidades variáveis, autônomas e supervenientes de cada ente consorciado. Nesse contexto, a contratação por meio de fornecedor único mostra-se inadequada, pois não atenderia de forma eficiente à diversidade, à simultaneidade e à imprevisibilidade das demandas, podendo comprometer o planejamento, a captação de recursos e a execução tempestiva de obras públicas.

Nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, o credenciamento constitui procedimento auxiliar que permite à Administração manter cadastro permanente de interessados previamente habilitados, possibilitando sua contratação conforme a necessidade, sem caráter de exclusividade. Tal sistemática mostra-se especialmente adequada ao contexto consorcial, pois assegura a disponibilidade contínua de empresas tecnicamente qualificadas para a elaboração de projetos, estudos, levantamentos e demais serviços técnicos especializados de engenharia e/ou arquitetura em geral, permitindo o atendimento célere e eficiente das demandas dos Municípios Consorciados, com maior flexibilidade operacional, ampliação da competitividade e racionalização dos procedimentos administrativos.



Além disso, o credenciamento promove maior eficiência e economicidade, ao evitar a realização de múltiplos procedimentos licitatórios para demandas recorrentes e distribuídas ao longo do tempo, assegurando, simultaneamente, a observância dos princípios da isonomia, da eficiência, da celeridade e do interesse público, e garantindo que a Administração disponha, de forma contínua, de prestadores qualificados aptos à execução dos serviços técnicos especializados de engenharia e/ou arquitetura em geral, conforme as necessidades específicas de cada ente consorciado.

## **5.2. JUSTIFICATIVA PARA O CRITÉRIO DE CONTRATAÇÃO**

A forma de contratação do credenciamento será regida pela hipótese paralela e não excludente conforme Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 79º, inciso I, caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas. Nessa hipótese, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 79º, §1º, incisos II e III. Desta forma, opta-se pelo critério de distribuição de demanda por ordem cronológica de credenciamento, com previsão de rotatividade/rodízio, para que os credenciados habilitados possam ser chamados sucessivamente, garantindo que todas recebam demandas de forma equilibrada e que os Municípios consorciados possam ser satisfatoriamente atendidos.

## **6. JUSTIFICATIVA DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A adoção de exigências de qualificação técnica no presente procedimento de credenciamento é medida indispensável para assegurar que apenas empresas aptas e tecnicamente qualificadas sejam habilitadas a prestar os serviços técnicos especializados de engenharia e/ou arquitetura em geral, mitigando riscos à Administração Pública e garantindo a adequada execução dos serviços, nos termos do art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021. Considerando a natureza multidisciplinar dos serviços e a diversidade das demandas oriundas dos Municípios Consorciados, a qualificação técnica constitui elemento essencial para a formação de cadastro de empresas credenciadas aptas a atender, com segurança e eficiência, às necessidades públicas.

### **6.1. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA - RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO**

A comprovação de experiência prévia por meio de Atestados de Capacidade Técnica é requisito fundamental para o credenciamento, pois assegura que as empresas interessadas possuam expertise compatível com a complexidade e abrangência dos serviços objeto do credenciamento, mesmo tratando-se de serviços comuns de engenharia e/ou arquitetura em

geral.

**a) Interdependência Multidisciplinar dos Serviços:** Os serviços abrangidos pelo credenciamento envolvem a elaboração de projetos técnicos e a prestação de serviços especializados em diversas disciplinas da engenharia e/ou arquitetura em geral, caracterizados por elevado grau de interdependência técnica. Dessa forma, a exigência de atestados visa assegurar que as empresas interessadas comprovem aptidão técnica nas áreas passíveis de demanda pelo Consórcio. Para fins de comprovação, será admitido o aproveitamento integral de atestados que contemplem Projetos Executivos Integrados com múltiplas disciplinas, os quais serão considerados válidos para comprovação de aptidão em todas as disciplinas neles contidas, desde que devidamente comprovada a participação técnica da empresa e de seus profissionais. Tal exigência visa garantir que as empresas credenciadas possuam domínio técnico adequado às áreas de atuação abrangidas pelo objeto, assegurando a qualidade, segurança e confiabilidade dos serviços prestados à Administração.

**b) Conformidade Legal e Mitigação de Riscos Técnicos:** A exigência de comprovação de capacidade técnica encontra amparo no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária e proporcional à complexidade técnica do objeto e à natureza do procedimento de credenciamento. Nesse contexto, a exigência contempla:

- **Itens de Valor Significativo:** Atestados que comprovem a experiência em percentual relevante do valor total estimado da contratação, conforme o Art. 67, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando a capacidade econômico-operacional para o porte do serviço.
- **Itens de Relevância Técnica:** exigência de comprovação de experiência para parcelas que possuem maior relevância sob o ponto de vista técnico, sendo totalmente amparada pelo Art. 67, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021. Essa prerrogativa legal permite ao gestor exigir atestados para itens que, embora possam ter valor individual inferior a 4% do total, são cruciais para a segurança, funcionalidade e durabilidade dos empreendimentos. A ausência de comprovação de domínio em itens essenciais como estes comprometeria a segurança do serviço público, sendo a exigência de aptidão por disciplina proporcional à técnica necessária aos serviços.

Tais exigências mostram-se proporcionais e necessárias, considerando que o credenciamento resultará na formação de cadastro de empresas aptas à prestação de serviços de engenharia e/ou arquitetura em geral sob demanda, sendo imprescindível assegurar que as empresas credenciadas possuam qualificação técnica suficiente para garantir a qualidade, segurança e eficiência dos serviços prestados, em observância aos princípios da eficiência, da segurança jurídica e do interesse público.

## **6.2. JUSTIFICATIVA PARA A EXIGÊNCIA MANDATÓRIA DA METODOLOGIA BIM**

A comprovação de capacidade técnica na utilização da metodologia BIM (Building Information Modeling) constitui requisito de qualificação técnica no presente procedimento de credenciamento, com o objetivo de assegurar que as empresas credenciadas possuam nível adequado de qualificação técnica, compatível com as boas práticas contemporâneas adotadas na gestão e elaboração de projetos de engenharia e arquitetura no âmbito da Administração Pública.

Nos termos do art. 19, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá, preferencialmente, adotar o BIM nas contratações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que sua utilização for adequada. De forma complementar, o Decreto Federal nº 10.306/2020 instituiu a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM (Estratégia BIM-BR), estabelecendo diretrizes para a progressiva adoção dessa metodologia no âmbito da Administração Pública, com vistas ao aprimoramento da qualidade dos projetos, à padronização de processos e ao fortalecimento da capacidade técnica dos prestadores de serviços.

Nesse contexto, a exigência de comprovação de aptidão no uso da metodologia BIM se fundamenta na necessidade de assegurar que as empresas credenciadas possuam qualificação técnica atualizada, domínio de ferramentas atuais e capacidade de produzir documentação técnica com maior nível de organização, precisão e confiabilidade. Trata-se, portanto, de requisito qualitativo destinado a elevar o padrão técnico do cadastro de empresas credenciadas, garantindo que a Administração disponha de prestadores tecnicamente preparados para atender às demandas dos entes consorciados.

A adoção do BIM contribui, ainda, para o aprimoramento dos processos de desenvolvimento de projetos, favorecendo a padronização das informações técnicas, a melhoria da compatibilização entre disciplinas, fortalecendo os princípios da eficiência, da economicidade



e da segurança jurídica.

Dessa forma, a exigência de qualificação técnica em BIM constitui medida proporcional, razoável e alinhada às diretrizes normativas vigentes, visando assegurar a habilitação de empresas tecnicamente qualificadas e aptas a prestar serviços com maior nível de qualidade, organização e confiabilidade, em benefício do interesse público e da adequada gestão das futuras contratações decorrentes do presente credenciamento.

## **7. DO QUANTITATIVO**

Nos termos do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar apresenta a estimativa de quantitativos com base no levantamento dos processos licitatórios anteriores realizadas pelo Consórcio Público e pelos Municípios Consorciados, considerando o histórico de demandas relacionadas à elaboração de projetos técnicos de engenharia e/ou arquitetura em geral, levantamentos topográficos, estudos técnicos, consultorias e demais serviços correlatos. Para tanto, foram analisados os processos licitatórios, bem como as projeções de novas demandas decorrentes do planejamento institucional dos entes consorciados.

Importa destacar que, em se tratando de procedimento auxiliar de credenciamento, os quantitativos apresentados possuem natureza estimativa e referencial, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Tal estimativa tem como finalidade subsidiar o planejamento administrativo, a definição de parâmetros técnicos e financeiros e a adequada instrução do procedimento, não implicando compromisso de execução mínima ou máxima, uma vez que as contratações ocorrerão sob demanda, de acordo com as necessidades efetivas de cada ente consorciado.

A natureza consorciada das contratações, aliada à autonomia administrativa dos Municípios Consorciados e à variabilidade das demandas ao longo do tempo, impossibilita a definição precisa e definitiva dos quantitativos a serem executados. Nesse contexto, a estimativa foi elaborada com base em critérios técnicos e históricos, considerando a média de serviços demandados em licitações anteriores, o potencial de expansão das ações administrativas e a necessidade de assegurar a disponibilidade contínua de prestadores qualificados. Dessa forma, os quantitativos estabelecidos cumprem função meramente orientativa e de planejamento, garantindo transparência, previsibilidade e adequada gestão dos recursos públicos, sem prejuízo da eficiência administrativa e do atendimento tempestivo das demandas dos entes consorciados.

Assim, as quantidades máximas de cada item obedecem ao seguinte critério:

**✓ TABELA Nº 1 – QUADRO DE PROFISSIONAIS**

TABELA nº 1				
QUADRO DE PROFISSIONAIS (COM ENCARGOS COMPLEMENTARES)	REFERÊNCIA	CÓDIGO	UNIDADE	QTDE
<b>PROFISSIONAIS</b>				
ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL SÊNIOR, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	SETOP - OUT/25	CO-27344	HORA	3600,00
ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL PLENO, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	SETOP - OUT/25	CO-27347	HORA	8640,00
ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL JÚNIOR, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	SETOP - OUT/25	CO-27348	HORA	8640,00
ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL CONSULTOR, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	SETOP - OUT/25	CO-27339	HORA	2880,00
ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL COORDENADOR, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	SETOP - OUT/25	CO-27342	HORA	2880,00
TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SETOP - OUT/25	ED-28561	HORA	11520,00
AJUDANTE DE TOPÓGRAFO/BALIZA, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	SETOP - OUT/25	CO-33116	HORA	5760,00
DESENHISTA/MODELADOR TÉCNICO, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	SETOP - OUT/25	CO-33107	HORA	7680,00
GEÓGRAFO SÊNIOR	PREFEITURA SP - I - JUL/25	3054009	H	1440,00
GEÓGRAFO PLENO	PREFEITURA SP - I - JUL/25	3054008	H	1440,00
GEÓLOGO SÊNIOR	PREFEITURA SP - I - JUL/25	3054006	H	1440,00
GEÓLOGO PLENO	PREFEITURA SP - I - JUL/25	3054005	H	1440,00

**OBSERVAÇÃO:**

- Os valores respectivos aos códigos apresentados devem seguir a planilha em vigência na data de apresentação do orçamento.
- Será aplicado o acréscimo do valor do BDI em todos os serviços a serem prestados pela CREDENCIADA/CONTRATADA ao(s) CREDENCIANTES/ CONTRATANTES;
- Os itens com referência "Prefeitura de SP - I" referem-se a planilha de Infraestrutura.

**✓ TABELA Nº 2 – DESLOCAMENTOS INTERMUNICIPAIS E DIÁRIAS DE VIAGENS**

TABELA nº 2				
DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	CÓDIGO	UNIDADE	QTDE
<b>DESLOCAMENTOS/VISITAS TÉCNICAS</b>				
DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL	SETOP - OUT/25	CO-27499	KM	72000,00
DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	SETOP - OUT/25	CO-24324	UN	120,00

**OBSERVAÇÃO:**

- Os valores respectivos aos códigos apresentados devem seguir a planilha em vigência na data de apresentação do orçamento.
- Será aplicado o acréscimo do valor do BDI em todos os serviços a serem prestados pela CREDENCIADA/CONTRATADA ao(s) CREDENCIANTES/ CONTRATANTES.

**✓ TABELA Nº 3 – LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL**

TABELA nº 3				
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	REFERÊNCIA	CÓDIGO	UNIDADE	QTDE
<b>LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - SOMENTE PARA OS PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA</b>				
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO ATÉ 2.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27361	UN	72,00
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO DE 2.001 A 10.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27363	UN	24,00
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO DE 10.001 A 50.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27367	M2	300000,00
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO MAIOR QUE 50.001 M2	SETOP - OUT/25	CO-27369	M2	600000,00

**OBSERVAÇÃO:**

- Os valores respectivos aos códigos apresentados devem seguir a planilha em vigência na data de apresentação do orçamento.
- Será aplicado o acréscimo do valor do BDI em todos os serviços a serem prestados pela CREDENCIADA/CONTRATADA ao(s) CREDENCIANTES/ CONTRATANTES.

**✓ TABELA Nº 3A  
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - ACRÉSCIMOS**

**ACRÉSCIMO PERCENTUAL A SER APLICADO NOS VALORES DE REFERÊNCIA DA TABELA Nº 3 DEVIDO AO GRAU DE DIFICULDADE DOS TERRENOS – PODENDO SER CUMULATIVOS**

TABELA nº 3A				
TIPO / GRAU DE DIFICULDADE (CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS)	REFERÊNCIA	CÓDIGO	UNIDADE	VALOR
<b>CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO - REFERÊNCIA</b>				
ACRÉSCIMO FACE AO GRAU DE DIFICULDADE - TERRENO ACIDENTADO	PREFEITURA SP - JAN/25	20001021	%	20,00
ACRÉSCIMO FACE AO GRAU DE DIFICULDADE - TERRENO COBERTO PARA VEGETAÇÃO	PREFEITURA SP - JAN/25	20001022	%	50,00
ACRÉSCIMO FACE AO GRAU DE DIFICULDADE - TERRENO PANTANOSO	PREFEITURA SP - JAN/25	20001023	%	100,00
ACRÉSCIMO FACE AO GRAU DE DIFICULDADE - TERRENO COM CADASTRO	PREFEITURA SP - JAN/25	20001024	%	30,00

**OBSERVAÇÃO:**

- Os valores respectivos aos códigos apresentados devem seguir a planilha em vigência na data de apresentação do orçamento.
- Será aplicado o acréscimo do valor do BDI em todos os serviços a serem prestados pela CREDENCIADA/CONTRATADA ao(s) CREDENCIANTES/ CONTRATANTES;
- O valor de porcentagem referente ao item apresentado será aplicado sobre o serviço prestado, conforme as condições do terreno.

**✓ TABELA Nº 4 – PROJETOS DE EDIFICAÇÕES**

TABELA nº 4				
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	REFERÊNCIA	CÓDIGO	UNIDADE	QTDE
<b>LEVANTAMENTO CADASTRAL - EDIFICAÇÃO</b>				
LEVANTAMENTO CADASTRAL DE EDIFICAÇÃO ATÉ 500M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20003070	UN	24,00
LEVANTAMENTO CADASTRAL DE EDIFICAÇÃO EXCEDENTE ENTRE 501M2 À 2000M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20003071	M2	24000,00
LEVANTAMENTO CADASTRAL DE EDIFICAÇÃO EXCEDENTE ENTRE 2001M2 À 5000M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20003072	M2	24000,00
LEVANTAMENTO CADASTRAL DE EDIFICAÇÃO EXCEDENTE ACIMA DE 5001M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20003073	M2	60000,00
<b>ANTE - PROJETO - EDIFICAÇÃO</b>				
ANTEPROJETO DE EDIFICAÇÃO - ÁREA <= 600 M2	SETOP - OUT/25	CO-27414	UN	48,00
ANTEPROJETO DE EDIFICAÇÃO - 600 M2 < ÁREA <= 1.500 M2	SETOP - OUT/25	CO-27415	UN	48,00
ANTEPROJETO DE EDIFICAÇÃO - 1.500 M2 < ÁREA <= 3.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27416	UN	24,00
ANTEPROJETO DE EDIFICAÇÃO - ÁREA > 3.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27417	UN	24,00
<b>ANTE - PROJETO DE IMPLANTAÇÃO - PADRÃO</b>				
ANTEPROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO PADRÃO COM ÁREA DE PROJEÇÃO < = 600 M2	SETOP - OUT/25	CO-27418	UN	48,00
ANTEPROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO PADRÃO COM 600 M2 < ÁREA DE PROJEÇÃO = 1.500 M2	SETOP - OUT/25	CO-27419	UN	48,00
ANTEPROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO PADRÃO COM 1.500 < ÁREA DE PROJEÇÃO <= 3.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27420	UN	24,00
ANTEPROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO PADRÃO COM ÁREA DE PROJEÇÃO > 3.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27421	UN	24,00
<b>PROJETOS BÁSICOS GERAIS - EDIFICAÇÕES</b>				
PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1)	PREFEITURA SP - JUL/25	20003060	UN	60,00
<b>PROJETOS EXECUTIVOS:</b>				
PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1)	PREFEITURA SP - JUL/25	20003061	UN	60,00
PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA	SETOP - OUT/25	CO-27422	PR A1	1920,00
PROJETO DE LAYOUT	SETOP - OUT/25	CO-27471	PR A1	180,00
PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE CONCRETO	SETOP - OUT/25	CO-27427	PR A1	3000,00
PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA METÁLICA	SETOP - OUT/25	CO-27428	PR A1	960,00
PROJETO EXECUTIVO DE ENGRADAMENTO METÁLICO	SETOP - OUT/25	CO-27473	PR A1	180,00
PROJETO EXECUTIVO LUMINOTÉCNICO	SETOP - OUT/25	CO-27472	PR A1	180,00
PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	SETOP - OUT/25	CO-27431	PR A1	960,00
PROJETO EXECUTIVO DE SPDA	SETOP - OUT/25	CO-27434	PR A1	180,00
PROJETO EXECUTIVO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	SETOP - OUT/25	CO-27432	PR A1	480,00
PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV/ALARME/SEGURANÇA/SONORIZAÇÃO	SETOP - OUT/25	CO-27433	PR A1	180,00
PROJETO EXECUTIVO DE ACÚSTICA	SETOP - OUT/25	CO-27477	PR A1	60,00
PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	SETOP - OUT/25	CO-27430	PR A1	960,00
PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM PLUVIAL	SETOP - OUT/25	CO-27426	PR A1	240,00
PROJETO EXECUTIVO DE AQUECIMENTO SOLAR E REDE DE ÁGUA QUENTE	SETOP - OUT/25	CO-27478	PR A1	60,00
PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES FLUIDO MECÂNICAS	SETOP - OUT/25	CO-27479	PR A1	48,00
PROJETO EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS	SETOP - OUT/25	CO-27480	PR A1	48,00
PROJETO EXECUTIVO DE GLP	SETOP - OUT/25	CO-27481	PR A1	48,00
PROJETO EXECUTIVO DE AR	SETOP - OUT/25	CO-27429	PR A1	480,00
CONDICIONADO/VENTILAÇÃO/CLIMATIZAÇÃO	SETOP - OUT/25	CO-27475	PR A1	120,00
PROJETO EXECUTIVO DE IMPERMEABILIZAÇÃO	SETOP - OUT/25	CO-27424	PR A1	120,00
PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLENAGEM - PLANTA	SETOP - OUT/25	CO-27425	PR A1	240,00
PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLENAGEM - SEÇÕES	SETOP - OUT/25	CO-27476	PR A1	120,00
PROJETO EXECUTIVO DE PISAGISMO	SETOP - OUT/25	CO-27476	PR A1	120,00
<b>DESENVOLVIMENTO DE DETALHAMENTO:</b>				
DESENVOLVIMENTO E DETALHAMENTO DE PROJETOS COMPLEMENTARES	SETOP - OUT/25	CO-27482	PR A1	480,00
<b>PROJETO, APROVAÇÃO E OBTENÇÃO DE AVCB NO CORPO DE BOMBEIROS</b>				
DESENVOLVIMENTO DE PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E APROVAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES ATÉ 2000 M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20005033	GL	48,00
DESENVOLVIMENTO DE PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E APROVAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 2001 M2 À 5000 M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20005034	GL	24,00
DESENVOLVIMENTO DE PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E APROVAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 5001 M2 À 10000 M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20005035	GL	12,00
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA OBTENÇÃO DO AVCB JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES ATÉ 2000 M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20005036	GL	48,00
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA OBTENÇÃO DO AVCB JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 2001 À 5000 M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20005037	GL	24,00
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA OBTENÇÃO DO AVCB JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 5001 À 10000 M2	PREFEITURA SP - JUL/25	20005038	GL	12,00
<b>COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS:</b>				
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27487	M2	180000,00
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS COM ÁREA DE 10.001 M2 ATÉ 20.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27488	M2	180000,00
<b>PROJETO AS BUILT</b>				
DESENHO DE CADASTRO DE CONSTRUÇÕES EXISTENTES	SETOP - OUT/25	CO-27486	PR A1	60,00

**OBSERVAÇÃO:**

- Os valores respectivos aos códigos apresentados devem seguir a planilha em vigência na data de apresentação do orçamento.
- Será aplicado o acréscimo do valor do BDI em todos os serviços a serem prestados pela CREDENCIADA/CONTRATADA ao(s) CREDENCIANTES/CONTRATANTES;

✓ **TABELA Nº 4A – CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE PRANCHAS**

TABELA nº 4A				
TIPO / TAMANHO DE PRANCHA (CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE PRANCHAS)	REFERÊNCIA	CÓDIGO	UNIDADE	VALOR
<b>PRANCHAS - CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO - REFERÊNCIA</b>				
CRITÉRIOS P/ PAGAMENTO DE PRANCHAS - A0	SETOP - OUT/25	CO-27352	% A1	170,00
CRITÉRIOS P/ PAGAMENTO DE PRANCHAS - A1 ALONGADO	SETOP - OUT/25	CO-27355	% A1	130,00
CRITÉRIOS P/ PAGAMENTO DE PRANCHAS - A2	SETOP - OUT/25	CO-27356	% A1	50,00
CRITÉRIOS P/ PAGAMENTO DE PRANCHAS - A3	SETOP - OUT/25	CO-27358	% A1	25,00

**OBSERVAÇÃO:**

- 1- Os valores respectivos aos códigos apresentados devem seguir a planilha em vigência na data de apresentação do orçamento.
- 2- Será aplicado o acréscimo do valor do BDI em todos os serviços a serem prestados pela CREDENCIADA/CONTRATADA ao(s) CREDENCIANTES/ CONTRATANTES;
- 3- O valor de porcentagem referente ao item apresentado será aplicado no valor da prancha A1 de cada projeto, conforme necessidade (ampliação/redução).

✓ **TABELA Nº 5 – PROJETOS URBANÍSTICOS / INFRAESTRUTURA**

TABELA nº 5				
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	REFERÊNCIA	CÓDIGO	UNIDADE	QTDE
<b>ANTE - PROJETO URBANÍSTICOS E COMPLEMENTARES</b>				
DE IMPLAN. PRACA, PARQUE, AREA LAZER AREA <= 10.000M2 EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.02.07	UN	24,00
DE IMPLAN. PRACA, PARQUE, AREA LAZER AREA > 10.000M2 EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.02.08	UN	24,00
ESTUDO PRELIMINAR DE URBANISMO	SUDECAP - SET/25	62.02.09	KM	60,00
<b>PROJETOS URBANÍSTICOS E COMPLEMENTARES</b>				
PROJETO ELÉTRICO	DER-ES (MAI 2025)	-	M2	180000,00
PROJETO HIDROSSANITÁRIO	DER-ES (MAI 2025)	-	M2	180000,00
PROJETO DE TERRAPLENAGEM	DER-ES (MAI 2025)	-	M2	180000,00
PROJETO DE DRENAGEM	DER-ES (MAI 2025)	-	M2	180000,00
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	DER-ES (MAI 2025)	-	M2	180000,00
PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	DER-ES (MAI 2025)	-	M2	180000,00
PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	DER-ES (MAI 2025)	-	M2	180000,00
<b>PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA</b>				
PROJETO GEOMETRICO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.01	KM	120,00
PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO - VIA LOCAL EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.08	KM	60,00
PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO - VIA COLETORA E PRIMARIA EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.09	KM	60,00
PROJETO DE SINALIZAÇÃO / DESVIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.11	KM	60,00
PROJETO DE INTERSEÇÃO - SIMPLIFICADO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.17	A1	36,00
PROJETO DE INTERSEÇÃO - ESPECIAL EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.18	A1	36,00
PROJETO GEOMETRICO DE CONTENÇÃO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.06	A1	36,00
PROJETO DE CANALIZAÇÃO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.03	KM	36,00
PROJETO OBRAS ARTES ESPECIAIS-PONTES,VIADUTOS,ETC EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.14	A1	120,00
PROJETO ESTRUTURAL DE CONTENÇÃO / CANAL EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	SUDECAP - SET/25	62.03.07	A1	120,00
<b>COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA</b>				
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE INFRA ESTRUTURA	SUDECAP - SET/25	62.03.19	A1	120,00

**OBSERVAÇÃO:**

- 1- Os valores respectivos aos códigos apresentados devem seguir a planilha em vigência na data de apresentação do orçamento.
- 2- Será aplicado o acréscimo do valor do BDI em todos os serviços a serem prestados pela CREDENCIADA/CONTRATADA ao(s) CREDENCIANTES/ CONTRATANTES;

✓ **TABELA Nº 6 – ESPECIFICAÇÕES / MEMORIAIS DESCRITIVOS**

VALORES A SEREM CONSIDERADOS POR PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS

TABELA nº 6				
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	REFERÊNCIA	CÓDIGO	UNIDADE	QTDE
<b>ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS</b>				
<b>PARA CONSTRUÇÕES NOVAS:</b>				
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA ATÉ 1.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27460	M2	36000,00
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27459	M2	24000,00
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27458	M2	24000,00
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27457	M2	48000,00
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA	SETOP - OUT/25	CO-27439	M2	180000,00
<b>PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES:</b>				
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA ATÉ 1.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27453	M2	12000,00
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27452	M2	12000,00
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27451	M2	12000,00
<b>PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS:</b>				
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA ATÉ 1.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27446	M2	12000,00
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27445	M2	12000,00
ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27444	M2	12000,00

**OBSERVAÇÃO:**

- Os valores respectivos aos códigos apresentados devem seguir a planilha em vigência na data de apresentação do orçamento.
- Será aplicado o acréscimo do valor do BDI em todos os serviços a serem prestados pela CREDENCIADA/CONTRATADA ao(s) CREDENCIANTES/CONTRATANTES.



✓ TABELA Nº 7 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

TABELA nº 7				
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	REFERÊNCIA	CÓDIGO	UNIDADE	QTDE
<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS:</b>				
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA ATÉ 1.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27390	M2	36000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27391	M2	24000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27392	M2	24000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27394	M2	48000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 6.001 M2 A 8.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27395	M2	72000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27396	M2	96000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA ACIMA DE 10.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27397	M2	120000,00
<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES:</b>				
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA ATÉ 1.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27399	M2	12000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27400	M2	24000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27401	M2	24000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27402	M2	48000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 6.001 M2 A 8.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27403	M2	72000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27404	M2	96000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA ACIMA DE 10.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27405	M2	120000,00
<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS:</b>				
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA ATÉ 1.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27406	M2	12000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27407	M2	12000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27408	M2	12000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27409	M2	12000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA DE 6.001 M2 A 8.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27410	M2	12000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27411	M2	12000,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS - ÁREA ACIMA DE 10.000 M2	SETOP - OUT/25	CO-27412	M2	12000,00

**OBSERVAÇÃO:**

- Os valores respectivos aos códigos apresentados devem seguir a planilha em vigência na data de apresentação do orçamento.
- Será aplicado o acréscimo do valor do BDI em todos os serviços a serem prestados pela CREDENCIADA/CONTRATADA ao(s) CREDENCIANTES/CONTRATANTES.

Tendo em vista que o Consórcio AMESP se configura como uma associação de Municípios sujeita a flutuações em sua composição (possibilidade de ingresso de novos consorciados ou desassociação de integrantes atuais), e considerando que as contratações serão formalizadas conforme a necessidade específica e o cronograma de cada Município, torna-se inviável estabelecer uma previsão precisa e definitiva dos quantitativos.

## 8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Este processo licitatório tem valor estimado de **R\$ 44.326.165,92 (quarenta e quatro milhões, trezentos e vinte e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos)**, que representa a estimativa total do objeto do Credenciamento, já considerando

a aplicação do BDI e do desconto percentual aplicado de 20%.

Este valor foi obtido por meio de uma planilha orçamentária elaborada com base nas referências governamentais, sendo elas: SEINFRA e SUDECAP. Quando da necessidade de se abranger itens específicos e necessários ao desenvolvimento dos trabalhos comumente demandados e não cotados nas tabelas locais ou referenciais primárias, foram incluídas planilhas referenciais da Prefeitura de São Paulo e do Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES). Embora estas referências não sejam do Estado de Minas Gerais, elas contêm itens de grande relevância técnica e especificidade para os serviços licitados. Sua utilização é, portanto, imprescindível para garantir a completude do escopo e a viabilidade técnica e orçamentária do processo, assegurando que todos os serviços comumente solicitados estejam contemplados.

### **8.1. DA JUSTIFICATIVA PARA FIXAÇÃO DOS VALORES EM 20% ABAIXO DOS VALORES REFERENCIAIS GOVERNAMENTAIS**

A definição dos valores a serem praticados no presente procedimento de credenciamento foi realizada com fundamento nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133, especialmente no que se refere ao planejamento da contratação, à compatibilidade com os preços de mercado, à busca da proposta mais vantajosa e à observância dos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, conforme previsto nos Arts. 5º, 11, 18 e 23.

Para a formação dos preços, adotou-se como parâmetro inicial planilha referencial governamental oficial, reconhecida como fonte idônea e amplamente utilizada pela Administração Pública para estimativa de custos. Ressalta-se que tais valores possuem natureza referencial e representam, em regra, limites máximos estimados, contemplando em sua composição não apenas os custos diretos da prestação dos serviços, mas também custos indiretos ampliados, encargos administrativos, margens de contingência e fatores de risco inerentes a contratações convencionais.

Entretanto, o procedimento de credenciamento possui características próprias que resultam na redução significativa de determinados custos operacionais e riscos assumidos pelos prestadores de serviço, destacando-se neste caso, a ausência de disputa por menor preço – eliminando assim os custos relacionados à formulação de propostas competitivas e mitigando o risco de redução excessiva de margens – a previsibilidade contratual e possibilidade de atendimento contínuo das demandas da Administração, permitindo melhor planejamento operacional e diluição de custos fixos, além da redução dos riscos financeiros decorrentes de incertezas quanto à contratação, tendo em vista que o credenciamento assegura a possibilidade de prestação de serviços sempre que houver demanda, além de garantir a possibilidade de otimização da estrutura técnica e operacional, favorecendo ganhos de escala

e maior eficiência na execução dos serviços.

Considerando tais fatores, concluiu-se tecnicamente que os valores constantes nas tabelas governamentais poderiam ser adequados à realidade específica desta contratação, mediante aplicação de redutor percentual compatível com a diminuição dos custos indiretos e dos riscos operacionais envolvidos.

Nesse contexto, estabeleceu-se o percentual de redução de 20% (vinte por cento) sobre os valores referenciais governamentais, percentual este definido com base em critérios técnicos de razoabilidade, proporcionalidade, viabilidade econômica e vantajosidade para a Administração Pública, refletindo adequadamente a redução dos custos acessórios e dos riscos inerentes ao modelo de credenciamento.

Importante destacar que o percentual adotado se encontra dentro dos limites legais de exequibilidade estabelecidos pela Lei nº 14.133. Nos termos do art. 59, §4º, da referida norma, consideram-se potencialmente inexequíveis as propostas com valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, ou seja, reduções superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor referencial.

No presente caso, os valores fixados correspondem a 80% (oitenta por cento) do valor referencial adotado, permanecendo, portanto, acima do limite mínimo de 75% estabelecido pela legislação como parâmetro de presunção relativa de exequibilidade, o que demonstra que os valores definidos mantêm plena viabilidade técnica e econômica para execução dos serviços, não caracterizando risco de inexequibilidade.

Adicionalmente, a definição dos valores em patamar inferior ao referencial máximo encontra respaldo no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece que o valor estimado deve ser compatível com os preços de mercado, podendo a Administração, mediante justificativa técnica, adotar valores adequados às condições específicas da contratação, desde que preservada a viabilidade econômica e assegurado o interesse público.

Dessa forma, a fixação dos valores de credenciamento em percentual 20% inferior aos referenciais governamentais não constitui medida arbitrária, mas sim decisão técnica devidamente fundamentada nas características específicas do modelo de credenciamento, na redução dos custos indiretos e dos riscos contratuais, na observância dos limites legais de exequibilidade e na busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Conclui-se, portanto, que os valores estabelecidos se mostram compatíveis com o mercado, economicamente viáveis, juridicamente regulares e plenamente adequados ao atendimento do interesse público, em estrita observância aos princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES**

O objeto do presente credenciamento foi estruturado de forma integrada, contemplando serviços técnicos especializados de engenharia e/ou arquitetura em geral, incluindo elaboração de projetos, consultoria, levantamentos técnicos e fiscalização, em razão da natureza coordenada e interdependente dessas atividades. Tal estruturação fundamenta-se no art. 40, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de observância da viabilidade técnica e da manutenção da qualidade e funcionalidade da solução como um todo.

O objeto foi reunido em LOTE ÚNICO por se tratar de uma solução técnica de coordenação de serviços indissociáveis, conforme o Art. 40, inciso V, alínea ‘c’, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação exige a execução de projetos, consultoria e fiscalização, os quais possuem relação de interdependência crítica.

A divisão do objeto em lotes (ex: separando diferentes disciplinas de projeto) resultaria em elevado risco de incompatibilidade técnica entre as diversas entregas, forçando a Administração Pública a assumir a onerosa e ineficiente tarefa de compatibilização e coordenação dos projetos, o que é vedado pelo princípio da eficiência.

A manutenção do Lote Único garante a responsabilidade técnica integral sobre o produto, transferindo o ônus da coordenação para a Credenciada/Contratada. Esta decisão se fundamenta, ainda, na busca pela máxima economicidade, pois a contratação consolidada tende a propiciar o maior desconto percentual sobre a totalidade dos serviços, minimizando o risco de fragmentação da despesa e de superfaturamento, protegendo o erário público.

No âmbito do credenciamento, a exigência de qualificação técnica compatível com o conjunto dos serviços visa assegurar que as empresas credenciadas possuam capacidade de desenvolver soluções completas e tecnicamente compatíveis, evitando a fragmentação indevida das responsabilidades técnicas e os riscos de incompatibilidade entre projetos, estudos e demais elementos técnicos. Essa abordagem permite que cada demanda seja atendida por empresa tecnicamente habilitada a assumir a responsabilidade integral pelos serviços que lhe forem atribuídos, garantindo maior segurança técnica, padronização e eficiência na execução.

Ademais, a formação de cadastro de empresas credenciadas aptas à prestação de serviços integrados contribui para a racionalização dos procedimentos administrativos, assegura maior eficiência operacional e transfere às empresas credenciadas a responsabilidade pela adequada coordenação técnica dos serviços executados, resguardando o interesse público e promovendo maior qualidade, economicidade e segurança nas futuras contratações decorrentes do presente credenciamento.

## **10. NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

Com a realização deste estudo, verifica-se que a fiscalização e gestão do futuro contrato demandam conhecimento técnico, dada a diversidade dos projetos. Portanto, a designação formal dos gestores de cada Consorciada (Credenciante/Contratante) deverá ser precedida da verificação de sua formação profissional específica e de seu conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas no Termo de Referência. Não se faz necessária a contratação de terceiros para o auxílio, mas ressalta-se que o acompanhamento e a Fiscalização Técnica dos serviços prestados deverão ser realizados exclusivamente por servidores devidamente habilitados e designados pelas secretarias requisitantes de cada Município Consorciado (Credenciante/Contratante), em cumprimento às diretrizes de segregação de funções e gestão contratual da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Por meio do presente procedimento de credenciamento, os Municípios Consorciados poderão dispor de cadastro permanente de empresas de engenharia e/ou arquitetura previamente qualificadas, aptas a atender às demandas sob solicitação, garantindo maior agilidade, continuidade e eficiência na prestação dos serviços especializados, em consonância com o princípio da eficiência administrativa previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Espera-se, como resultado, a ampliação da capacidade operacional do Consórcio Público, permitindo o atendimento tempestivo de demandas ordinárias e emergenciais, sem a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios a cada contratação. O credenciamento proporcionará maior racionalização administrativa, redução de custos processuais e padronização de valores referenciais, contribuindo para o controle dos gastos públicos e mitigação de riscos de sobrepreço.

Ademais, ao exigir qualificação técnica comprovada - inclusive quanto à utilização da metodologia BIM (Building Information Modeling) - o credenciamento elevará o padrão técnico dos serviços prestados, assegurando maior qualidade, organização e confiabilidade na elaboração dos projetos e documentos técnicos. Tal medida contribuirá para maior previsibilidade orçamentária, melhoria na compatibilização das disciplinas técnicas e maior transparência na formação dos custos unitários, fortalecendo a governança e a segurança jurídica das futuras contratações.

Como resultado, pretende-se garantir maior eficiência administrativa, padronização técnica, economicidade, qualidade das entregas e disponibilidade contínua de prestadores qualificados, promovendo melhor atendimento às necessidades dos entes consorciados e



maior proteção ao interesse público.

## 12. MATRIZ DE RISCOS

### Risco 01: Credenciamento Deserto

Probabilidade: **Baixa**

Impacto: **Alto**

Ação Preventiva: **Planejamento considerando as atuais necessidades**

### Risco 02: Contrato com Empresas/Profissionais desqualificados

Probabilidade: **Baixa**

Impacto: **Alto**

Ação Preventiva: **Constar no Edital a análise dos requisitos imprescindíveis à contratação**

Ação de Contingência: **Exigir comprovações e solicitar que a Contratada tome as providências cabíveis caso seja necessário**

### Risco 03: Não conformidade do Projeto Executivo com as Normas vigentes

Probabilidade: **Baixa**

Impacto: **Alto**

Ação Preventiva: **Fiscalização dos projetos com as normas vigente**

Ação de Contingência: **Solicitar que a Contratada refaça o Projeto**

### Risco 04: Atrasos na Entrega e correções de Projeto

Probabilidade: **Baixa**

Impacto: **Alto**

Ação Preventiva: **Notificar a empresa para que cumpra o prazo estabelecido**

Ação de Contingência: **Aplicar sanção do Contrato**

## 13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O estudo técnico preliminar e as análises de mercado demonstram a plena viabilidade do credenciamento de empresas especializadas em serviços de engenharia e/ou arquitetura em geral para atendimento às demandas dos Municípios Consorciados à AMESP. Constatou-se que há número suficiente de empresas aptas a executar os serviços pretendidos, sendo o credenciamento medida adequada para formar cadastro permanente de prestadores qualificados, assegurando competitividade, isonomia e atendimento contínuo das necessidades administrativas.

A diversidade das demandas municipais - abrangendo infraestrutura urbana (praças, parques, ciclovias, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária), edificações nas áreas de

saúde, educação, esporte e cultura, entre outras - exigem suporte técnico e capacidade operacional compatível. Muitos municípios não dispõem de equipe técnica própria suficiente para atender, com a celeridade necessária, todas as demandas de planejamento, elaboração de projetos, consultorias e acompanhamentos técnicos, o que justifica a formação de cadastro de empresas previamente qualificadas.

A exigência de qualificação técnica comprovada, inclusive quanto à utilização da metodologia BIM (Building Information Modeling), reforça a viabilidade e a qualidade da contratação, pois contribui para maior padronização, compatibilização de projetos, identificação antecipada de inconsistências técnicas e melhor previsibilidade orçamentária, reduzindo retrabalhos e a necessidade de aditivos contratuais na fase de execução.

Diante do exposto, conclui-se que o credenciamento é juridicamente adequado, tecnicamente viável e administrativamente vantajoso, representando solução eficiente para assegurar a continuidade dos serviços técnicos especializados e a elevação do padrão dos projetos desenvolvidos em benefício dos Municípios Consorciados.

Assim sendo, sugere-se a abertura do Edital, visando a futura e eventual contratação por meio do **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA EM GERAL, PARA AS ATENDIMENTO AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ.**

Pouso Alegre/MG, aos 14 de abril de 2026.

**Moacir Franco**  
**Diretor Executivo da AMESP**